

O SALTO DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Um Exemplo para o Brasil

*Idaulo José Cunha**

1 - Introdução

Este texto foi preparado com base no livro do autor, que leva o mesmo título e que foi publicado em fevereiro do corrente ano pela Editora Paralelo 27.

Assim sendo, nem sempre as conclusões e constatações são alicerçadas nos poucos quadros que foram selecionados para compor o artigo.

Pretende-se mostrar o notável crescimento da indústria catarinense, notadamente na década de 70, e as profundas transformações ocorridas no parque fabril, sob os ângulos qualitativos e quantitativos.

Toca-se em temas cruciais para a consolidação e o desenvolvimento futuro da indústria, diante dos desafios do célere processo de mundialização da economia e da emergência de um novo padrão tecnológico, num momento de estagnação da economia nacional.

Introduz-se uma nova abordagem, ainda que com pouca profundidade, que trata da estrutura empresarial — grandes empresas e grupos.

Alerta-se, finalmente, que, embora haja segmentação da exposição, vale a pena provocar o estudo e o debate do processo de desconcentração da economia nacional e dos reflexos sobre as empresas da região, resultantes das mudanças ora em curso na economia mundial.

2 - Diagnóstico de resultados

Santa Catarina, à exceção de São Paulo, foi o estado brasileiro que melhor aproveitou os estímulos à industrialização no País, ainda que em termos relativos, sobretudo entre 1960 e 1980.

Contudo o comportamento da economia catarinense e o do seu Setor Secundário foram bastante diferenciados, considerando-se os períodos 1945-63, 1963-80 e 1980-90.

O primeiro período (1945-63) revelou uma Santa Catarina carente de condições infra-estruturais e com nítidas desvantagens comparativas em relação ao principal pólo nacional. Todavia, em que pese ao menor ritmo de crescimento em relação à média do

* Economista e Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

País, Santa Catarina evitou o sucateamento do seu então modesto parque produtivo e, ainda, conseguiu implantar novos projetos, numa ampla gama de ramificações, que proporcionaram uma importante plataforma para os períodos seguintes.

No período 1963-80, Santa Catarina obteve excelente desempenho, o que pode ser depreendido dos seguintes indicadores:

- aumento de 1,95% na participação do Valor de Transformação Industrial brasileiro (de 2,19% em 1959 para 4,14% em 1980);
- elevação de dois pontos percentuais na oferta de emprego industrial, passando a responder por 5,43% do pessoal ocupado no setor industrial nacional em 1980;
- expressivo incremento de produtividade da indústria, reduzindo a diferença que beneficiava o parque industrial brasileiro;
- aumento na representatividade em relação às exportações brasileiras de 1,8% em 1973 para 4,3% em 1980, com ênfase nos produtos manufaturados;
- desenvolvimento de grande número de médios e grandes estabelecimentos industriais em todos os gêneros de indústria;
- ganho de produtividade nos segmentos mais representativos da oferta brasileira;
- liderança da oferta nacional em inúmeros grupos de produtos, entre os quais carnes (de aves e suínos), tubos e conexões, matérias plásticas, cerâmica de revestimento (pisos e azulejos), refrigeradores para uso doméstico e motores compressores e motores elétricos.

Os anos 70 foram os mais importantes para o desenvolvimento industrial catarinense e da sua economia como um todo. Uma fase áurea, segundo se constata pelo salto da participação do Estado no Produto do Setor Secundário brasileiro: de 2,2% em 1970 para 3,4% em 1980 (um ganho de 55%).

A década de 80 acusou índice acumulado de aumento da produção física de 30%, enquanto o emprego industrial também se limitou à mesma faixa, níveis bem inferiores aos dos períodos precedentes. Mesmo assim, o movimento da indústria estadual superou o do Brasil em torno de 25%.

Note-se que a Região Sul e principalmente Santa Catarina exibiram indicadores de crescimento superiores à média brasileira. O Estado obteve taxa de 6,7% a.a. entre 1981 e 1984, o que lhe proporcionou uma expansão de 0,9 ponto percentual na formação do PIB brasileiro, ou seja, um incremento de 30% em tão-somente quatro anos (Tabela 1).

Em relação à renda *per capita*, o Estado suplantou em muito o promédio brasileiro, ganhando uma margem de 15 a 30% (conforme a fonte escolhida), passando a figurar como a quinta renda *per capita* nacional, ficando aquém de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Observa-se que nenhum grande projeto industrial de capital externo ou estatal foi determinante no processo de industrialização do Estado, embora em ramos e atividades isoladas (como o de papel e papelão) tenha sido importante a presença do capital nacional não catarinense e estrangeiro.

Contudo, no âmbito nacional, as multinacionais exerceram papel estratégico, como, por exemplo, entre 1966 e 1973, quando elas contribuíram com mais de 50% do crescimento dos gêneros: química, vestuário, alimentos, minerais não-metálicos, matérias plásticas, material elétrico e de transportes (DOLLINGER, CAVALCANTI, 1975, p.56), considerando o subconjunto das 318 maiores empresas industriais brasileiras.

O crescimento foi marcado pela forte vinculação aos segmentos de indústrias tradicionais; contudo o ritmo de expansão das indústrias dinâmicas foi mais elevado.

As atividades tradicionais, por cujo desempenho se notabilizaram ao registrarem altas taxas de expansão, exibiram permanentes avanços tecnológicos e crescente especialização.

A agroindústria foi um dos exemplos mais significativos dessa notável evolução quantitativa e qualitativa (rações, suínos e aves — carnes e derivados), cuja consolidação se manifestou nas microrregiões do oeste catarinense e do Rio do Peixe, onde emergiram pólos industriais especializados, que passaram a constituir importante eixo industrial. Vale citar que Santa Catarina, ainda nos anos 60, se posicionava em situação desvantajosa quanto à suinocultura em relação ao Rio Grande do Sul e ao Paraná.

Ressalta-se que foi a indústria que introduziu o processo de transformação tecnológica do setor pecuário (suínos e aves) e promoveu extraordinário crescimento da produção física.

Constatou-se o aumento da participação dos pólos industriais de origem alemã, notadamente de Joinville e Blumenau, em ambos os indicadores utilizados (produção e emprego). Sua produtividade industrial suplantava em 35% a média estadual.

O parque têxtil também se evidenciou pelo dinamismo e permanentes ganhos de representatividade em nível nacional, de tal forma que, em 1980, Santa Catarina alcançou a posição de terceiro pólo do complexo têxtil e do vestuário do País, superando estados como Minas Gerais e quase igualando-se ao Rio de Janeiro, que eram grandes produtores têxteis nos anos 50 e 60.

Santa Catarina, partindo de bases pouco expressivas, montou, em apenas 20 anos, o mais importante parque de cerâmica de revestimento do Brasil. Dois gêneros do complexo metal-mecânica (material elétrico e mecânica) lideraram o desenvolvimento industrial dos anos 80 (Tabela 3). Contudo a agroindústria, baseada nas cadeias produtivas de suínos e aves, encerrou o período com notável desempenho: taxas de crescimento de 9,5% em 1990 e 14% em 1991.

O Estado assegurou ganhos de participação e até o domínio na oferta nacional de inúmeros segmentos de metal-mecânica (refrigeradores domésticos e motocompressores; motores elétricos e fundidos de ferro por exemplo).

A continuar essa tendência, os gêneros dinâmicos deverão, ainda nesta década, ser majoritários na oferta produtiva do Estado.

Essa tendência está determinando a concentração da indústria em espaços que detinham experiência acumulada e vantagens comparativas. Outrossim, os eixos industriais do sul e do oeste (incluindo o Rio do Peixe) também se consolidaram como de segunda grandeza.

Uma das características dos pólos industriais do Estado, salvo Joinville, Jaraguá do Sul e Criciúma, é a monomanufatura ou a especialização em um ramo ou grupo de indústria.

A emergência de uma pujante estrutura empresarial liderada por grandes empresas e grupos industriais na década de 70 e a sua consolidação no último decênio foram as constatações mais importantes dos resultados da industrialização recente do Estado.

Tais grupos desenvolveram amplo processo de integração vertical e horizontal, mediante a incorporação de unidades produtivas existentes e a implantação de novos projetos.

Em casos menos comuns, ocorreu a diversificação produtiva no próprio Setor Secundário.

Os investimentos contemplaram não só empreendimentos no próprio Estado, como também em outras unidades do País, visando ao aproveitamento de oportunidades para ampliar territorialmente suas áreas de influência, seja por estratégia empresarial, seja por oportunidade de negócio.

Vê-se, pois, que Santa Catarina superou restrições como a limitada dotação de recursos naturais (à exceção do carvão e da madeira) e da falta de expressivos excedentes agrícolas, ao contrário do que aconteceu no Paraná e no Rio Grande do Sul.

A indústria catarinense em 1980 e também em 1989 figurava com ímpar composição estrutural, onde os cinco principais gêneros de indústria contribuíam com menos de 60%

do Valor de Transformação Industrial. O mais significativo foi a queda da presença de indústrias tradicionais pouco evoluídas tecnologicamente, como a de madeira.

Em síntese, assinala-se que houve o rompimento do submodelo catarinense em face: (a) da prevalência das grandes empresas e grupos empresariais e dos médios estabelecimentos industriais, em detrimento das unidades de pequeno porte; (b) da concentração territorial da indústria, não obstante o fortalecimento dos eixos industriais do sul catarinense (até 1980) e do oeste; e (c) do predomínio das cidades de maior porte.

Em nível agregado, há uma aparente contradição entre o grau de avanço de alguns ramos da indústria catarinense e o nível de produtividade global, índice no qual o Brasil suplanta em mais de 30% a média obtida pela indústria de transformação catarinense. Isso se deve a especialização da indústria local, onde os segmentos mais expressivos e dinâmicos (salvo o da madeira) suplantaram, folgadoamente, a produtividade média dos congêneres nacionais.

Por outro lado, Santa Catarina deixa, em parte, de limitar-se ao papel clássico de economia periférica, produtora e exploradora de bens de baixa densidade tecnológica e fraca relação demanda/renda.

Explica-se tal mudança pelo papel de liderança assumido por segmentos tradicionais e dinâmicos em importantes linhas de produtos e pela penetração no mercado internacional, com diversificado perfil de oferta. Além do que, o ritmo de crescimento da economia do Estado e da indústria, em particular, suplantou a média do País e até superou os índices do pólo nacional (São Paulo) nos últimos 20 anos.

"Dessa forma, a indústria estadual deve ser entendida como o conjunto de segmentos dos ramos produtivos nacionais, por isso não contendo lógica própria de expansão, atributo que só se verifica a nível nacional. Isso significa dizer que a indústria estadual tem seu comportamento de crescimento determinado, primordialmente, pela dinâmica interdepartamental que vige a nível nacional (...)" (MARCANTONIO, 1990, p.312).

3 - Novo modelo catarinense: rompimento do equilíbrio

3.1 - Grandes grupos e empresas

Um dos aspectos do novo modelo industrial de Santa Catarina é o do desenvolvimento e da influência dos grandes grupos¹ de empresas industriais, que se formaram, principalmente, na década de 70 e se consolidaram nos anos 80.

Um testemunho da vigorosa impulsão desse novo segmento empresarial é oferecido pela participação das empresas catarinenses no rol das 500 melhores e maiores. Segundo a revista **Exame** (Melhores e Maiores, 1990, p.25), em 1973 Santa Catarina possuía oito empresas nesse seletor, enquanto em 1989 exibiu 20.

¹ Conceito de grupo: conjunto de empresas, controladas pelos mesmos acionistas, através de uma *holding* ou de empresa líder, com grande presença no mercado a que pertencem e que ocupam expressivo contingente de mão-de-obra (por exemplo, mais de quatro mil pessoas).

O confronto com o Paraná e o Rio Grande do Sul permite melhor base para se inferir sobre a importância desse fenômeno em Santa Catarina.

Salienta-se que, simultaneamente, ocorreu acentuada melhoria da posição das empresas catarinenses no *ranking* das 500 melhores e maiores empresas privadas do País, a ponto de, em 1989, constarem quatro delas no elenco das 60 maiores.

Grupos catarinenses eram detentores do capital de outras quatro empresas que operavam fora de Santa Catarina e se situavam no rol das 500 maiores — Frigobrás e Moinhos da Lapa (Grupo Sadia) e Hering Nordeste e Equitel (Grupo Hering).

Desse subconjunto, 17 empresas eram constituídas por capitais e empresários locais, que integram o seleto subconjunto da elite industrial brasileira, duas de grupo paulista e uma de capital norte-americano.

Recorda-se que a Consul (refrigeradores) e a Embraco (compressores herméticos para refrigeradores domésticos), ao serem incorporadas, já se constituíam em importantes e modernas produtoras desses bens.

Várias dessas empresas mantêm relações técnico-comerciais com grandes grupos, suprindo componentes, embalagens e equipamentos. Há, todavia, um amplo campo para o fortalecimento das relações interindustriais.

Os números em si são suficientes para evidenciar a nova ordem de grandeza do segmento empresarial das macroempresas. Contudo, ao se classificarem tais empresas sob a ótica de grupos detentores do capital, emerge uma realidade mais surpreendente.

Despontava o Grupo Hering, com mais de 32 mil pessoas ocupadas: Companhia Hering, 12.037; Ceval 12.619; e Hering Nordeste, 5.157.

O Grupo Sadia, incluindo a Frigobrás, situava-se no mesmo nível quanto ao pessoal empregado (cerca de 32.000), sendo que quase 70% em empresas e estabelecimentos fora do Estado.

A Perdigão figurava a seguir, oferecendo 17,2 mil empregos.

O Grupo Tupy computava 7.500 pessoas ocupadas, somente no segmento de fundição, de um total de 11.840.

A Consul-Embraco ocupava 11.792 pessoas em Santa Catarina, constituindo-se na base do Grupo Brasmotor, com participação acionária do Bradesco e do grupo americano Whirpool. O Unibanco e o Itaú também figuravam como acionistas num segundo plano.

O exame da listagem da Tabela 2 completa a rápida apreciação sobre os grupos empresariais emergentes nos últimos 20 anos em relação ao pessoal ocupado e denota que o exame da estruturação industrial, segundo o tamanho dos estabelecimentos, é insuficiente para oferecer uma visão da grandeza da indústria catarinense.

O *ranking* dos grandes grupos e macroempresas acusa algumas alterações quando se levam em conta outros indicadores.

É o que acontece ao se examinarem as variáveis **faturamento e patrimônio líquido**.

Em 1989, a primeira posição coube ao Grupo Sadia, com vendas próximas a US\$ 2 bilhões e patrimônio de US\$ 500 milhões.

O Grupo Hering situou-se logo a seguir, com US\$ 1,8 bilhão e US\$ 512 milhões respectivamente.

Os dados de 1990, divulgados pela revista **Exame** (Melhores e Maiores, 1991, p.46), inverteram as posições, com o Grupo Hering superando a casa dos US\$ 2 bilhões em faturamento, o que lhe valeu a 16ª posição entre os grupos em operação no Brasil e à quarta entre os de capital nacional.

Consul-Embraco, pertencente ao Grupo Brasmotor, superou os US\$ 900 milhões em vendas e aproximou-se dos US\$ 250 milhões em patrimônio líquido.

O quarto posto é detido pela Perdigão, enquanto o Grupo Tupy ocupa a quinta posição. A Hansen ocupa a sexta posição, exibindo um elevado patrimônio líquido, o que bem retrata a solidez desse grupo.

A seguir, posicionam-se os Grupos Cecria, Eliane (Gaidzinski), Chapecó (SAIC), Weg, Teka e Artex.

Mais abaixo, numa faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 200 milhões figura um importante elenco de médios grupos e de macroempresas: Aurora, Manville (Igarás), Marisol, Sulfabril, Renaux, Malwee, Dohler, Cremer e Usati.

Próximo dos US\$ 100 milhões, enquadram-se empresas com grande dinamismo: Karsten, Nielson e Oxford.

Em termos de empresa, a liderança absoluta coube à Ceval, com faturamento de US\$ 1,1 bilhão, com larga vantagem sobre a Sadia Concórdia, a Consul e a Perdigão Industrial (cujas vendas se enquadraram na faixa de US\$ 590 milhões a US\$ 700 milhões).

Nota-se, ainda, que as quatro grandes empresas, sediadas em outros estados e controladas por grupos catarinenses — Frigobrás e Moinho da Lapa (Sadia) e Hering Nordeste e Equitel (Hering) —, realizavam vendas no intervalo de US\$ 150 milhões a US\$ 500 milhões.

A liderança no campo das exportações cabe ao Grupo Hering, sobretudo pelo desempenho da Ceval, com vendas externas superiores a US\$ 600 milhões em 1989 e US\$ 463 milhões em 1990, computadas as transações de unidades produtivas situadas em outros estados.

Consul-Embraco (com 12% da oferta mundial) totalizou exportações da ordem de US\$ 170 milhões em 1990, enquanto a Perdigão registrou soma de US\$ 113 milhões.

Os dados sobre as transações da Sadia para o Exterior são mais modestos, cerca de US\$ 70 milhões, pois só incluem a Sadia Concórdia.

A Teka e a Artex-Intex são grandes exportadoras, contudo a Karsten, cuja produção global é bem menor, rivaliza em nível de vendas para o mercado internacional, o que a situa como uma das empresas catarinenses com maior coeficiente de abertura para o Exterior.

A indústria catarinense particulariza-se por aproveitar as oportunidades de inserção no mercado internacional, do que é testemunho o elevado número de firmas exportadoras, cabendo citar, além das já enumeradas, as seguintes: Nielson, Oxford, Klimeck, Haco e Ceramarte.

A abertura para o Exterior, além de ser uma saída para amenizar a violenta contração do mercado interno, constitui-se em importante estratégia para manter a atualidade tecnológica e a competitividade internacional.

É inegável que o adiamento dos investimentos industriais e o declínio do grau de aproveitamento da capacidade produtiva laboram contra a eficiência das empresas exportadoras e impedem o aumento das exportações. Esse é um dos mais contundentes efeitos da política econômica recessivista.

Os conglomerados e as grandes empresas também podem ser classificados quanto ao grau de especialização dos seus parques produtivos e, ainda, em relação à localização das suas plantas industriais no espaço territorial catarinense e brasileiro.

Quanto à dispersão das empresas e fábricas no território brasileiro, a liderança cabe ao Grupo Sadia, que, hoje, possui a maior parte do seu parque produtivo fora de

Santa Catarina, embora a Sadia Concórdia ainda sobrepuje, em todos os indicadores, as demais empresas.

O Grupo Hering também exibe uma crescente dispersão no território nacional, embora as fábricas estabelecidas em Santa Catarina mantenham a supremacia no conjunto do grupo, sobretudo em termos de pessoal ocupado, em 1989.

Hansen, Perdigão, Tupy e Eliane igualmente possuem uma boa presença fora de Santa Catarina, porém com representatividade bem inferior às das unidades aqui sediadas.

Um quarto subconjunto é formado por grupos com todas as empresas e estabelecimentos localizados em Santa Catarina, dele participando, dentre outros: Weg, Usati, Renaux e Dolher.

Existem algumas grandes empresas que mantêm fábricas em outros estados, porém com pequena influência na receita total, como são os casos da Artex e da Marisol e, até certo ponto, o da Teka, embora seus investimentos em São Paulo venham adquirindo crescente significado.

Recorda-se que a desconcentração territorial das empresas e grupos catarinenses em direção a outros espaços econômicos brasileiros é motivada pela atração dos mercados de demanda, da oferta de insumos e, em menor nível, pela concessão de estímulos fiscais.

Nota-se que, salvo duas estatais públicas integrantes do rol das grandes empresas catarinenses, ambas pertencentes ao campo da infra-estrutura econômica, as demais têm suas atividades centradas no setor industrial, o que significa dizer que o empresariado catarinense é fortemente atraído pela indústria.

Outra constatação é a de que os grupos que exploram os segmentos da agroindústria vêm se consolidando na liderança empresarial do Estado (a única exceção é a Consul-Embraco) e superam com larga margem os grupos pertencentes aos demais ramos e complexos industriais em todas as variáveis examinadas.

Já as macroempresas e os grandes grupos ligados ao complexo têxtil-vestuário são as mais numerosas e ocupam o segundo lugar nas demais variáveis.

No subsetor metal-mecânica existem três grupos significativos — Consul-Embraco, Tupy e Weg —, que participam com 16,7% das vendas e 15,8% do patrimônio líquido, não se computando a Equitel (Hering).

O Grupo Hansen, principal representante dos gêneros matérias plásticas e química, figura com 3,1% das receitas totais e 6,1% do patrimônio líquido, onde sua representatividade é mais expressiva.

Outro aspecto relevante é o de que, embora se perceba tendência de aumento dos investimentos de empresários catarinenses em outros estados da Federação, até o presente só a Sadia possui a maior parte do seu complexo produtivo fora de Santa Catarina, porém, em breve, o Grupo Hering também seguirá o exemplo da Sadia.

A abertura para o Exterior é muito maior nos grupos que operam nos subsectores de agroindústria e do complexo têxtil-vestuário, ainda que a Embraco apresente o maior coeficiente de exportação/faturamento.

O cotejo dos dados dos exercícios de 1989 e 1990 e os primeiros indicativos de 1991 revelam queda generalizada nos níveis de emprego, faturamento e patrimônio líquido, o que evidencia os efeitos desastrosos da atual política recessiva na indústria catarinense. Em 1992, segundo cálculos da SEPLAN-SC, a indústria em geral sofreu forte revés, o que é confirmado pelos índices de produção física do IBGE, queda de 3,96% em relação ao ano de 1991.

Embora não se tenha feito referência ao tema "sucessão administrativa", com a apresentação de dados e informações testemunhais, percebe-se que a maioria dos grupos e das grandes empresas tem conduzido com eficiência a transição administrativa, quer pela generalização da gestão profissional, quer pela eleição pacífica e pela preparação adequada dos sucessores. Nos poucos casos em que houve disputas internas ou outra forma de impasse, perceberam-se a estagnação do grupo e até a involução das suas atividades.

Em relação ao desempenho dos grupos, não se encontrou um padrão de comportamento.

O único comportamento padronizado em relação ao desempenho dos grupos ocorreu nos que exploram a agroindústria — todos cresceram significativamente e adotaram estratégia de integração vertical e horizontal, notadamente os que operam com frigoríficos de suínos e aves e com o processamento da soja.

Os grupos ligados ao complexo têxtil-vestuário manifestaram acentuadas diferenças quanto ao crescimento das vendas e do patrimônio líquido.

Percebe-se que alguns grupos ficaram cerceados pelas limitações dos mercados em que operam, como, por exemplo, os dependentes da metalurgia e de cerâmica de revestimento nos últimos anos e o de matérias plásticas em todo o período, o que leva a se induzir que a trajetória dos grupos e das grandes empresas está também muito condicionada ao dinamismo dos mercados que exploram.

A pujança da indústria catarinense está sustentada, em boa parte, nesse rico espectro empresarial, que contém conglomerados com invejável posicionamento no *ranking* nacional e em outros, composto por grupos menores e macroempresas que detêm alta competitividade e dinamismo.

Outro aspecto significativo é o de que os conglomerados e as grandes empresas cresceram mais do que a média do setor industrial, em parte pelo mecanismo da incorporação de empresas e estabelecimentos já existentes. Enfatiza-se que o sistema produtivo é completamente diferente do reinante no País, pois são os empresários catarinenses que continuam a deter o domínio do capital e da gestão dos principais grupos e das empresas aqui localizados.

4 - Mundialização

A passos largos, o Mundo caminha para um novo desenho da sua organização econômico-comercial, em face da abertura dos mercados nacionais, provocada pela criação de grandes blocos econômicos continentais e subcontinentais e pela emergência da Terceira Revolução Tecnológica.

Tais blocos privilegiarão as transações entre os países-membros, e, como em todos os blocos existem nações em diferentes estágios de desenvolvimento, as economias do Terceiro Mundo defrontar-se-ão com novas dificuldades na venda de seus produtos industrializados, sobretudo para aquelas em que as vantagens comparativas se sustentam em mão-de-obra e em matérias-primas de baixo custo, ou seja, haverá a reedição do protecionismo no plano de megablocos.

O Brasil, deliberada e subitamente, abriu sua economia à competição internacional, talvez na expectativa de que, assim procedendo, elimine, como num passe de mágica, as graves iniquidades de seu modelo econômico.

Em 1994, a alíquota modal das tarifas aduaneiras do Brasil será de 20%, será metade da existente em 1990. A maior proteção limitar-se-á a 40% (beneficiando o segmento de informática).

Segundo Arruda (1990, p.9), "Com a globalização e o novo paradigma tecnológico, primeiro, os mercados têm que ser mais abertos, e, segundo, o acesso à tecnologia é mais difícil".

Prevê-se que os países em desenvolvimento venham a sofrer crescentes restrições na absorção de novas tecnologias, na medida em que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento assumem cifras cada vez mais elevadas e considerando que a abertura dos mercados nacionais facultará aos detentores das tecnologias avançadas vender diretamente os produtos já industrializados.

É possível que o País, ingenuamente, venha a praticar um livre cambismo extremado, num momento em que as nações desenvolvidas reentronizam práticas protecionistas não só em nível de megabloques.

A mundialização afetará profundamente o contexto empresarial, podendo-se estimar que os grandes grupos e os conglomerados empresariais catarinenses, de um lado, serão beneficiados pela maior amplitude de seus mercados e, de outro, que possuem vantagens relativas para inserção nesse modelo.

Frisa-se, contudo, que ocorrerá marcante mudança em relação às fontes de competitividade ao longo dos anos 90, esperando-se o fortalecimento da influência da "pesquisa e desenvolvimento" da "diversificação industrial" e da atinente aos "recursos humanos de alto nível" (FERRAZ, et al, s.d., p.10). Confirmadas tais expectativas, as trajetórias de crescimento, em termos de empresas e de grupos econômicos, poderão acusar modificações.

As empresas catarinenses de maior porte já estão assumindo posicionamentos que facilitarão os ajustamentos ao novo contexto, dentre os quais o de abertura, no Exterior, de escritórios, postos de vendas e de captação de informação sobre mercado e tecnologia junto a pontos estratégicos de seus mercados externos, inclusive na Ásia.

Ultimamente, estão sendo dados passos mais ousados em direção à implantação de unidades produtivas no Exterior. Citam-se as iniciativas já detectadas de empresas e de grupos catarinenses:

- a Companhia Hering, com unidade produtiva em Badajoz, na Espanha;
- o Grupo Hansen, que já possuía uma fábrica de tubos e conexões no Paraguai (1977), construirá outra planta fabril na Argentina;
- a Weg examina a hipótese de implantação de uma fábrica de motores elétricos nos EUA e noticiou a participação acionária no maior fabricante de motores da Argentina;
- a Tupy, que, através de uma subsidiária, também deu partida a uma primeira etapa do processamento industrial de algumas linhas de produtos nos EUA;
- a Cerâmica Oxford, de Rio Negrinho, que adquiriu uma planta de cerâmica (louças de mesa) na Irlanda do Sul;
- a Ceval, que está decidindo sobre a implantação de um importante projeto de processamento de soja em Portugal, em regime de *joint-venture* com dois grupos brasileiros;
- a Haco, Fábrica de Cadarços e Bordados Blumenau Ltda., que possui 1.100 pessoas ocupadas e que faturou US\$ 60 milhões em 1991, decidiu implantar uma fábrica de etiquetas bordadas em Covilhã, em Portugal, com investimento inicial de US\$ 10 milhões; e
- a Embraco está projetando a implantação de uma unidade produtiva no México ou na Europa.

Registram-se iniciativas mais recentes, no âmbito do MERCOSUL, como as em curso pela Nielson, que intenta realizar *joint-venture* na Argentina, com o intuito de produzir chassis para ônibus, e as da Sadia, que também está prestes a se instalar na Argentina.

O *status* de multinacional pode ser conferido não só pela implantação de empresas no Exterior, mas, também, pela elevada participação na oferta mundial.

A disposição de adquirir "pesquisa e desenvolvimento" no Exterior, para evitar a defasagem tecnológica, completaria os passos em direção a um novo comportamento, tendente a uma maior integração com os países industrializados.

Realça-se que a Coréia do Sul emprega com sucesso essa modalidade de absorção tecnológica no bojo da sua política industrial.

Ao se avançar no processo de integração do Cone Sul, abrir-se-ão novas oportunidades de investimentos, especialmente na Argentina, que já estão sendo aproveitadas pelos grandes grupos e pelas empresas do Estado. No entanto serão imperiosos o ajustamento das economias nacionais integrantes do futuro mercado comum e o retorno a fases auto-sustentadas de prosperidade.

5 - Mitos, receios e supostos entraves

Santa Catarina foi um exemplo marcante de bem-sucedida experiência industrial periférica, que superou situações assim exemplificadas:

- os desígnios de que um parque industrial alicerçado em indústrias tradicionais, tangido por taxas de crescimento relativamente baixas, inviabilizaria o alcance de elevados ritmos de desenvolvimento;
- o atrelamento à economia paulista (central) como fator negativo e restritivo ao desenvolvimento;
- a desarticulação da economia catarinense, que, ao provocar vazamentos de estímulos "a produzir", caracterizando a inexistência de uma indústria catarinense propriamente dita, limitaria seu desenvolvimento industrial;
- a industrialização periférica condenaria Santa Catarina a uma subjugação à economia central, tanto no ritmo de crescimento quanto no perfil de oferta;
- a inexistência de um pólo estadual, que prejudicaria a organização do espaço e seria fator limitativo do desenvolvimento estadual; e
- a ausência de grandes dotações de recursos naturais e de excedentes agrícolas associada à pequena dimensão do mercado interno, que restringiria o desenvolvimento industrial e a emergência de grandes empresas.

6 - Explicações para o sucesso da industrialização de Santa Catarina

Alinham-se alguns fatores, comportamentos e condições que ajudarão a dar respostas plausíveis ao peculiar desenvolvimento industrial do Estado:

- o perfil do empresário local, que reinvestiu seus lucros e se capacitou para vencer os desafios das mudanças, adotando novos padrões gerenciais e rompendo o sistema de administração familiar e paternalista;

- a inequívoca e invulgar capacidade empresarial, o que pode ser subentendido como espírito de iniciativa, experiência ou *know-how*, ou capacidade de adaptação às mudanças, de organizar fatores produtivos, de liderar recursos humanos e, também, de assumir riscos;
- a existência e desenvolvimento de cultura que valoriza o trabalho industrial e a introdução de mudanças (VALDERAMA, 1966, p.175)²;
- a dotação de recursos humanos capacitados ao exercício de atividades nas áreas produtivas, tanto no setor rural (ligado à agroindústria) quanto no industrial;
- a freqüente atualização tecnológica e técnica mediante à formação e o treinamento de empresários técnicos e executivos na Europa, sobretudo na Alemanha;
- a diversificação estrutural na fase de grande dinamismo, com a exploração de segmentos da indústria dinâmica e de seletas linhas de oferta altamente tecnificadas e modernizantes nos grupos de indústrias tradicionais, com maior ênfase na agroindústria e nos têxteis;
- a integração vertical e horizontal como fator de estimulação;
- percepção das oportunidades para exportar e rápido domínio das tecnologias e dos novos padrões técnicos, organizacionais e gerenciais exigidos;
- as economias de aglomeração, principalmente nos pólos industriais de Joinville e Blumenau;
- a concentração empresarial (criação de verdadeiros conglomerados industriais) como fator determinante da redinamização da indústria, em virtude dos ganhos de escala (economias internas) e da maior capacidade de absorção e desenvolvimento tecnológico. Ressalta-se que o processo de desenvolvimento capitalista pressupõe a centralização e a concentração;
- a especialização, aqui conceituada como atração locacional independente da existência de recursos naturais, estes com influência decrescente no desenvolvimento da indústria nos últimos anos;
- a dotação de significativo contingente de empresas médias com bom dinamismo, que se constituíram em verdadeiras escolas e laboratórios de formação e desenvolvimento de pessoal, gerentes e empresários;
- a influência das universidades, dos estabelecimentos de ensino superior e das escolas técnicas na formação de profissionais que, em boa medida, preencheram os requisitos e as demandas empresariais.

A experiência industrial, segundo Porter (1986, p.172), pode fazer com que os custos unitários declinem com o maior domínio da fabricação, da distribuição e da comercialização do produto. Objetivamente, a experiência traduz-se no domínio do processo produtivo e do mercado.

Assinala-se que os incentivos à industrialização, notadamente os financiamentos com taxas de juros negativas, eram disponíveis em todo o território nacional e, embora fossem um importante mecanismo de fomento à industrialização, não justificariam os diferenciais de ritmos de crescimento das regiões e dos estados brasileiros.

² Frisa que "El espíritu empresarial es cuestión de dinamismo y de actitude frente al problema de la industrialización. Se trata de un asunto ideossincrático, aunque no enteramente ajeno a ciertos problemas industriales y de política industrial".

7 - Reflexos previsíveis do novo padrão tecnológico

Adiciona-se esta abordagem com o propósito de oferecer uma visão mais abrangente e ordenada dos impactos que a nova revolução tecnológica deverá causar nas empresas industriais e, portanto, na competitividade dos países em desenvolvimento como o Brasil e nas opções de localização das indústrias.

7.1 - A empresa dos anos 90

Embora o Mundo se encontre ainda numa fase de transição rumo ao novo modelo, é provável que venham a prevalecer novos conceitos de eficiência da produção em nível de estabelecimento, destacando-se, dentre outros, a economia e a reciclagem de energia e materiais.

Os novos padrões de gerenciamento e de organização tornarão as plantas mais flexíveis, e ganhará corpo a integração dos subsistemas, com ênfase na informação.

A empresa moderna será vista como uma rede integrada, com fusão das atividades ora setorizadas.

A integração das operações industriais, o rígido controle sobre o processo produtivo e uma maior flexibilidade no *mix* de produtos já estão sendo introduzidos em grupos empresariais do Primeiro Mundo (FERRAZ, s.d., p.2).

Decréscimo no volume de estoques, menor tempo de detenção dos produtos acabados nas unidades produtivas e queda no tempo de preparação dos lotes são alguns dos reflexos mais evidentes desse novo padrão.

Outra tendência é a do uso intensivo de tecnologia e conhecimentos (FERRAZ, s.d., p.28), mudando a ótica da competição, dos recursos humanos baratos e da matéria-prima abundante para a inovação e o dinamismo.

Prevê-se, ainda, a mudança nos padrões de investimentos, favorecendo os setores relacionados com os fatores-chave, impulsionando e impulsionados por uma moderna rede de infra-estrutura (notadamente de comunicação), e a redefinição das escalas ótimas, o que provavelmente provocará redistribuição da produção entre os diversos estratos de tamanho.

Recorda-se que, com a evolução da microeletrônica e o decorrente emprego intensivo da automação flexível, serão viáveis a produção econômica de menores lotes de produtos e a implantação de fábricas de multiprodutos, que se ajustam melhor às variações e às exigências dos mercados. Como decorrência, as empresas ofertarão uma maior gama de produtos.

Mencionam-se ainda três importantes tendências:

- alteração no atual padrão de localização da produção, afetando as atuais vantagens comparativas, não somente em relação aos estados e às regiões do País, mas também no âmbito mundial, especialmente em relação às vantagens comparativas tradicionais detidas pelos países em desenvolvimento no confronto com os industrializados;
- o aumento das opções locacionais será maior nas indústrias que demandarem grandes volumes de informações, acirrando, pois, a disputa pela atração de novos investimentos;
- as perspectivas de surgimento de novos pólos de concentração industrial, capazes de competir com os já existentes, alicerçados em vantagens obtidas no paradigma ainda prevalescente, e a alteração dos coeficientes de insumo-produto, o menor requerimento de trabalho por unidade de produto e concomitantemente a maior exigência quanto à qualificação educacional requerida.

Este último efeito é dos mais nocivos, sob o ângulo social e da própria estrutura de oferta de recursos humanos, pois, além do inevitável impacto do desemprego tecnológico, haverá o sucateamento da força de trabalho sem qualificação, predominante no perfil de oferta, antes mesmo de acessar ao mercado formal.

Em suma, o conteúdo da informatização aumentará sensivelmente, em detrimento de componentes como materiais e energia.

As cadeias produtivas desconhecerão fronteiras (MINIAN, s.d., p.45), em face das novas estruturas mundiais de comunicação, que provocam a diminuição de custos associados ao tempo e a distâncias presentes na gestão de atividades dispersas.

Em nível empresarial, será imprescindível a permanente atualização da estratégia e dos padrões de gestão dos grupos e das empresas, especialmente daqueles que detêm liderança no âmbito nacional, aos quais não caberá opção, salvo a de deflagrar as iniciativas de vanguarda.

Dentre as estratégias, impõem-se a dos investimentos em automação da produção e em informatização administrativa e a do direcionamento das capacidades produtivas, num clima de absoluta incerteza sobre a evolução da economia nacional e de ciclotimia da política econômica, associadas ao crônico quadro de estagnação.

Outrossim, os mesmos motivos que podem atrair investimentos de fora para Santa Catarina também afetarão as "decisões de investir" dos grupos e das grandes empresas catarinenses, abrindo-lhes um maior leque de alternativas locais. A mudança nos padrões de localização constituir-se-á numa faca de dois gumes, podendo provocar uma maior desconcentração do parque produtivo estadual, sob o controle dos empresários locais, em direção a outros estados.

Significa dizer que, mesmo superando os desafios previstos e assegurando a manutenção da competitividade, é impossível garantir que os novos investimentos dos grupos empresariais catarinenses sejam realizados em Santa Catarina.

Para evitar um maior viés nessa abordagem preliminar em relação ao tamanho das empresas, caberiam referências às perspectivas das pequenas e das médias empresas no contexto das transformações técnico-econômicas sumariamente desenhadas.

Já se alertou para as restrições ao acesso às inovações tecnológicas, principalmente pelos estratos que congregam as empresas de menor porte. Sob o ângulo das vantagens potenciais, citam-se três tendências: a quebra de economia de escala em algumas atividades, a desverticalização e a terceirização.

A terceirização das atividades industriais vem ganhando corpo, a qual possui, no mínimo, um ponto em comum com a internacionalização das cadeias produtivas (ou seja, da produção de componentes onde houver maior vantagem comparativa): a busca de economias pela descentralização do processo produtivo, mormente das atividades de apoio.

Na fase de pré-manufatura, menciona-se, à guisa de referência, a elaboração de projetos de produtos e, na pós-manufatura, a prestação de serviços dentro da própria fábrica.

As inovações no campo da tecnologia e seus múltiplos e profundos reflexos econômicos, sociais e institucionais têm desdobramentos positivos e negativos sobre a indústria catarinense. De um lado, Santa Catarina poderá aproveitar a maior proximidade com o pólo nacional e, mantendo a competitividade no plano internacional, usufruirá do processo de globalização ora em curso. De outro, corre o risco de ver deteriorado seu poder de competitividade no bojo do atual padrão tecnológico.

A redução das escalas produtivas estimulará o ingresso de empresas de menor porte em atividades industriais hoje somente exploradas por grandes produtores. Possibilitará, também, o atendimento de nichos de mercado e de demanda muito volátil.

Já a desverticalização, ou seja, a aquisição de insumos de terceiros, abrindo mão da produção própria, tem como exemplo mais eloqüente a constituição de "cadeias" produtivas internacionais. Essa tendência assentar-se-á numa maior segurança quanto ao suprimento de insumos em quantidades, preços, prazos e nível tecnológico adequados. Esta, talvez, seja a mais rica das vertentes para estimulação da oferta das empresas de menor porte, embora se deva observar que um dos fatores fundamentais para a competição será a capacidade de absorção de inovação tecnológica reativa, fruto da modificação em cadeia dos avanços tecnológicos. Um exemplo de inovação reativa ocorreu com a agroindústria de processamento de suínos e de aves, cujos produtores rurais responderam, em curto prazo, às inovações requeridas pelo segmento industrial.

8 - Criação de emprego — um novo desafio

Salienta-se que o aumento do desemprego, resultante da inconseqüente recessão impingida pelo Governo Federal, da suposta racionalização do setor público e da intensificação do uso do fator capital, se constitui num dos fatores agravantes da má distribuição da renda.

O achatamento salarial, decorrente da política de rendas não eqüitativa, torna-se mais do que coadjuvante na queda da demanda efetiva.

Outro fator negativo decorre do novo padrão tecnológico, que desloca mão-de-obra com baixa qualificação e requer e valoriza recursos humanos com crescente bagagem técnica e de conhecimentos em geral.

Ora, na medida em que o Brasil abre suas fronteiras à competitividade internacional, simultaneamente se constata a degradação do seu sistema educacional, ou seja, o Brasil, a curto e médio prazos, está condenado a criar verdadeiros exércitos de "párias" destinados a conviver nos padrões de vida do Quarto Mundo.

Santa Catarina necessita criar cerca de 40 mil novas oportunidades de trabalho/ano. O que se viu entre 1981 e 1989 foi um acréscimo medíocre de tão-somente 9,0 mil empregos industriais por ano. Em 1990, 1991 e início de 1992, o Setor Secundário demitiu parte de seu contingente de trabalhadores, neutralizando todo o incremento da década passada.

O Setor Primário, por seu turno, tem expulsado mão-de-obra das lides rurais. O Setor Terciário, sensível ao dinamismo da indústria e da agropecuária, também está impossibilitado de oferecer os tão necessários empregos.

Amplia-se, assim, o contingente de desempregados e dos que passam a operar na economia subterrânea ou com emprego informal.

Embora tangidos pelas restrições advindas do quadro recessivo da destruição da capacidade operacional e de investimentos, o Estado e os municípios precisam dar efetiva prioridade prática à educação básica e técnica, além de terem de vencer o desafio da reciclagem e do aprimoramento dos recursos humanos já incorporados ao mercado de trabalho, contando, nesse caso, com a cooperação do setor privado. Essa é, sem dúvida, a prioridade primeira da ação dos setores públicos para, do ponto de vista social, conferirem efetiva cidadania a importantes parcelas da população e, sob o ângulo econômico, prepararem recursos humanos para a nova etapa de desenvolvimento e para ingressarem no novo paradigma tecnológico.

Infelizmente, a aquisição de educação está ligada à oferta de serviços de saúde, saneamento, habitação e emprego e a melhores padrões salariais, o que supõe tratar

com objetividade e determinação o dramático problema da distribuição da renda e da retomada do desenvolvimento.

Vê-se, pois, que o Estado absolutamente não perdeu sua utilidade e muito menos morreu. Ao contrário, constata-se cada vez mais a busca deliberada da competitividade no âmbito mundial, mediante a conjugação de ações dos Estados nacionais e de seus respectivos setores privados.

9 - Palavras finais

Santa Catarina como um sistema da economia nacional terá seu ritmo de crescimento condicionado ao movimento do sistema brasileiro.³

Foi ressaltado que uma economia regional, pelas características do estágio de avanço do processo de acumulação, que é nacional, se vincula, macroeconomicamente, ao movimento da economia brasileira.

Há, contudo, alguns graus de liberdade que abrem possibilidades para as economias regionais se distinguirem quanto à intensidade do crescimento e às características do processo de desenvolvimento.

Santa Catarina, nos últimos 45 anos, foi um exemplo marcante de uma bem-sucedida experiência nesse sentido.

O PIB industrial cresceu com invulgar intensidade entre 1947 e 1986 (40 vezes), enquanto no Brasil o multiplicador foi de 18 vezes.

A tendência de crescente internacionalização das economias nacionais amplia as possibilidades de Santa Catarina poder explorar novas fontes de estímulos ao crescimento, de caráter autônomo. Isso, contudo, não protege totalmente o Estado da influência das políticas econômicas e do quadro conjuntural nacional, posto que possuíam forças neutralizadoras extremamente fortes e capazes de inibir os efeitos positivos das medidas estimuladoras de natureza setorial.

É evidente que Santa Catarina não criou um modelo autônomo e nem poderia almejar tanto.

Acredita-se que Santa Catarina aumentará seus vínculos com a economia nacional, avançando na direção de novos ganhos quantitativos e no alcance de maior nobreza no seu perfil de oferta.

O maior entrave para a indústria catarinense é a verdadeira paralisação dos sistemas nacional e do pólo, que anestesia toda a economia.

Entende-se que Santa Catarina somente poderá adiantar-se rumo aos padrões das economias do chamado Primeiro Mundo se o Brasil superar as iniquidades que o prendem às economias em desenvolvimento.

Tem-se como inquestionável que não haverá, no fim do século, uma Santa Catarina próspera, avançada econômica e socialmente num Brasil com a economia estagnada e socialmente atrasado.

³ Segundo se depreende da leitura de Roberto Marcantonio (1990, p.312).

Tabela 1

Taxas médias anuais de crescimento do Produto global
e dos Produtos setoriais no Brasil — 1981-84
(% a.a.)

UNIDADES ESPACIAIS	GLOBAL	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Região Sul	3,3	4,9	2,0	3,5
Paraná	0,2	0,6	-0,8	0,5
Santa Catarina	6,7	6,9	6,9	6,5
Rio Grande do Sul ..	4,4	7,7	1,4	4,6
Brasil	1,2	0,7	0,5	1,7

FONTE: BRDE. SUDESUL (1987). Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul: população, produto e emprego. Porto Alegre. V. 1. p.35-36.

NOTA: Para apurar os valores constantes, utilizou-se o deflator implícito do PIB brasileiro.

Tabela 2

Índice da renda "per capita", segundo unidades da Federação
brasileira — 1970-1990

UNIDADES ESPACIAIS	1970	1975	1980	1985	1990
Rio de Janeiro	172,6	158,3	149,4	131,8	116,1
São Paulo	206,6	203,5	178,0	172,6	162,6
Região Sul	94,3	100,8	106,1	110,9	110,4
Paraná	73,0	85,1	90,8	102,0	104,0
Santa Catarina	86,0	89,2	104,3	108,5	114,2
Rio Grande do Sul	120,2	123,7	122,0	120,6	115,0
Distrito Federal	220,1	197,9	200,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1991 (1991). Rio de Janeiro: IBGE, V.51.
SUMA ECONÔMICA. (1991). São Paulo: Tomo, fev.

Tabela 3

Confronto entre os índices de produção da indústria das principais regiões do Brasil — 1981-89

GÊNEROS	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	REGIÃO SUL	SANTA CATARINA	BRASIL	SC/BR (%)
Extrativa mineral	116,64	546,85	-	91,77	85,16	192,99	44,1
Minerais não-metálicos .	101,47	98,01	109,83	119,79	141,01	104,45	135,0
Metalúrgica	136,59	139,28	116,64	146,53	153,42	131,28	116,9
Mecânica	-	-	96,02	169,32	191,16	113,82	167,9
Material elétrico e de comunicações	140,58	167,17	106,40	188,76	281,62	134,54	209,3
Material de transporte .	159,61	53,67	122,60	-	-	113,58	-
Papel e papelão	154,53	87,55	166,66	163,37	141,59	151,07	93,7
Borracha	-	-	136,28	-	-	134,76	-
Química	169,23	118,23	126,86	90,00	115,31	128,54	89,7
Farmacêutica	-	121,63	127,09	-	-	120,89	-
Perfumaria, sabões e ve- las	-	133,17	168,94	119,87	-	166,45	-
Produtos de matérias plásticas	117,66	167,44	140,34	126,32	123,43	138,51	89,1
Têxtil	124,43	88,06	105,46	127,12	95,53	111,32	85,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos .	95,37	70,73	80,91	103,91	95,33	89,68	106,3
Produtos alimentares ...	99,98	110,17	111,54	114,37	120,57	110,07	109,3
Bebidas	147,39	142,79	149,87	143,80	105,87	143,07	74,0
Fumo	160,08	116,74	71,83	167,91	159,93	137,66	116,2
Indústria geral	129,64	119,33	115,95	125,09	129,68	123,11	105,3

FORNTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional; produção física (1990).
Rio de Janeiro: IBGE, fev.

NOTA: Base 1981 = 100.

Tabela 4

Participação da Região Sul no elenco das 500 melhores e maiores empresas privadas do Brasil — 1973 e 1989

UNIDADES ESPACIAIS	1973	1989
Região Sul	43	60
Santa Catarina	8	20
Rio Grande do Sul	22	23
Paraná	13	17

FORNTE: MELHORES E MAIORES 1990 (1990). São Paulo: Abril, p.25.

Tabela 5

Faturamento, patrimônio e número de empregados total e em Santa Catarina, das principais empresas e grupos — 1971, 1981 e 1989

a) 1971

GRUPO E/OU EMPRESAS	COLOCAÇÃO			PESSOAL OCUPADO		FATURAMENTO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1)	
	1989	1981	1971	Número	%	Valor		Valor	
						(US\$ milhões)	%	(US\$ milhões)	%
Sadia	1	1	2	1 625	5,7	33	15,4	22	20,8
Hering	2	2	3	5 333	18,7	22	10,3	10	9,4
Consul-Embraco	3	6	5	2 006	7,0	24	11,2	7	6,6
Perdigão	4	3	6	1 306	4,6	16	7,5	6	5,7
Tupy	5	5	1	4 433	15,5	23	10,7	17	16,0
Hansen (2)	6	4	4	2 212	7,8	26	12,1	11	10,4
Cecrisa	7	7	9	1 257	4,4	7	3,3	5	4,7
Eliane	8	9	13	1 095	3,8	4	1,8	4	3,8
Chapeco	9	14	15	418	1,5	5	2,3	2	1,9
Weg	10	11	11	871	3,1	13	6,1	1	0,9
Teka	11	12	12	981	3,4	7	3,3	3	2,8
Artex	12	8	8	1 522	5,3	12	5,6	6	5,7
Sulfabril	13	13	14	807	2,8	4	1,9	2	1,9
Usati-Portobelo	14	10	16	393	1,4	1	0,5	1	0,9
Manville	15	16	17	656	2,3
Marisol	16	20	19	104	0,4
Aurora	17	21	21
Döhler	18	18	18	227	0,8	1	0,5
Renaux	19	15	7	2 274	8,0	9	4,2	5	4,7
Cremer	20	17	10	1 003	3,5	7	3,3	4	3,8
Malwee	21	19	20
TOTAL	-	-	-	28 523	100,0	214	100,0	106	100,0
Média	-	-	-	1 501	-	13	-	7	-

b) 1981

GRUPO E/OU EMPRESAS	COLOCAÇÃO			PESSOAL OCUPADO		FATURAMENTO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1)	
	1989	1981	1971	Número	%	Valor		Valor	
						(US\$ milhões)	%	(US\$ milhões)	%
Sadia	1	1	2	13 803	13,0	966	26,4	235	16,0
Hering	2	2	3	18 179	17,1	638	17,5	223	15,8
Consul-Embraco	3	6	5	7 051	6,6	182	5,0	53	3,6
Perdigão	4	3	6	8 352	7,8	410	11,2	139	9,5
Tupy	5	5	1	8 562	8,0	182	5,0	125	8,5
Hansen (2)	6	4	4	6 793	6,4	274	7,5	202	13,7
Cecrisa	7	7	9	5 868	5,5	132	3,6	83	5,6
Eliane	8	9	13	3 827	3,6	111	3,0	54	3,7
Chapeco	9	14	15	2 336	2,2	99	2,7	28	1,9
Weg	10	11	11	3 831	3,6	75	2,0	30	2,0
Teka	11	12	12	3 190	3,0	77	2,1	34	2,3
Artex	12	8	8	4 811	4,5	92	2,5	51	3,5
Sulfabril	13	13	14	3 800	3,6	64	1,8	20	1,4
Usati-Portobelo	14	10	16	3 700	3,5	77	2,1	38	2,6
Manville	15	16	17	1 333	1,3	73	2,0	34	2,3
Marisol	16	20	19	1 167	1,1	15	0,4	5	0,3
Aurora	17	21	21	1 040	1,0
Döhler	18	18	18	1 609	1,5	49	1,3	30	2,0
Renaux	19	15	7	2 508	2,4	58	1,6	36	2,4
Cremer	20	17	10	2 139	2,0	52	1,4	26	1,8
Malwee	21	19	20	2 486	2,3	32	0,9	16	1,1
TOTAL	-	-	-	106 385	100,0	3 656	100,0	1 472	100,0
Média	-	-	-	5 066	-	183	-	74	-

(continua)

Tabela 5

Faturamento, patrimônio e número de empregados total e em Santa Catarina, das principais empresas e grupos 1971, 1981 e 1989

c) 1989

GRUPO E/OU EMPRESAS	COLOCAÇÃO			PESSOAL OCUPADO			FATURAMENTO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1)		
	1989	1981	1971	Total		Em Outros Estados	No Estado de SC	Valor (US\$ milhões)	%	Valor (US\$ milhões)	%
				Número	%						
Sadia	1	1	2	32 149	17,1	22 189	9 960	1 840	20,8	500	17,8
Hering	2	2	3	32 763	17,4	15 500	17 263	1 738	19,6	512	18,3
Consul-Embra- co	3	6	5	11 792	6,3	-	11 792	917	10,3	246	8,8
Perdigão	4	3	6	17 247	9,2	5 531	11 716	673	7,6	230	8,2
Tupy	5	5	1	11 840	6,3	4 340	7 500	350	4,0	120	4,3
Hansen (2) ..	6	4	4	5 074	2,7	355	4 719	392	4,4	203	7,2
Cecrisa	7	7	9	11 735	6,2	5 935	5 800	325	3,7	121	4,3
Eliane	8	9	13	9 051	4,8	1 420	7 631	300	3,4	70	2,5
Chapecó	9	14	15	5 800	3,1	2 000	3 800	259	2,9	132	4,7
Weg	10	11	11	8 084	4,3	-	8 084	261	2,9	84	3,0
Teka	11	12	12	6 170	3,3	228	5 942	280	3,2	63	2,2
Artex	12	8	8	5 508	2,9	689	4 819	202	2,3	69	2,5
Sulfabril	13	13	14	5 794	3,1	407	5 387	174	2,0	44	1,6
Usati-Porto- belo	14	10	16	3 192	1,7	-	3 192	120	1,4	88	3,1
Manville	15	16	17	2 200	1,2	-	2 200	164	1,8	87	3,1
Marisol	16	20	19	5 000	2,7	-	5 000	173	2,0	27	1,0
Aurora	17	21	21	3 249	1,7	-	3 249	179	2,0	39	1,4
Döhler	18	18	18	2 421	1,3	-	2 421	127	1,4	65	2,3
Renaux	19	15	7	2 645	1,4	-	2 645	136	1,5	49	1,7
Cremer	20	17	10	2 659	1,4	-	2 659	123	1,4	38	1,4
Malwee	21	19	20	3 500	1,9	-	3 500	122	1,4	16	0,6
TOTAL	-	-	-	187 873	100,0	58 594	129 279	8 855	100,0	2 803	100,0
Média	-	-	-	8 946	-	5 327	6 156	422	-	133	-

FONTE: BALANÇO ANUAL 1990 (1990). São Paulo: Gazeta Mercantil, n.14, ago.

MELHORES E MAIORES 1990 (1990). São Paulo: Abril, p.39-59.

QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1972 (1972). São Paulo: Visão, v.41, n.4, p.172-416.

QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1982 (1982). São Paulo: Visão, v.31, n.35-A, p.58-220.

QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1990 (1990). São Paulo: Visão, v.40, n.44-A.

SANTA CATARINA. Secretaria da Indústria e do Comércio (1982). Posição: grandeza da empresa catarinense. Florianópolis.

(1) Para o cálculo do patrimônio líquido, usou-se o dólar do final do período e, para o faturamento, usou-se o dólar médio, ambos obtidos da revista *Suma Econômica*, de janeiro de 1990. (2) Em 1988, o Grupo Hansen sofreu cisão parcial, ocorrendo a saída de um grande acionista que constituiu a Corporação H.B.

Tabela 6

As maiores empresas exportadoras catarinenses — 1989-90

(US\$ milhões)

GRUPOS E EMPRESAS	1989	1990
Hering	623,3	463,2
Ceval	(1)579,8	(2)412,4
Hering	43,5	50,8
Consul-Embraco	156,9	168,8
Embraco	133,4	135,4
Consul	23,5	33,4
Perdigão	97,6	112,8
Perdigão Agroindustrial	85,8	102,4
Perdigão Alimentos	11,8	10,4
Souza Cruz	(3)87,5	(3)106,8
Sadia Concórdia	73,3	67,9
Teka	47,0	44,0
Chapecó	29,1	43,1
Chapecó Avícola	25,6	40,9
Chapecó Alimentos	3,5	2,2
Karsten	31,4	41,8
Tupy	36,2	40,8
Tupy	36,2	24,3
Fundição Tupy	-	16,5
Manville	34,6	37,5
Manville Florestal	0,2	27,4
Manville Exportadora	34,4	10,1
Artex	39,4	34,5
Intex	39,4	23,2
Artex	-	11,3
Weg	25,6	27,4
Weg Exportadora	22,2	21,9
Weg Motores	3,4	5,5
Eliane	27,1	21,1
Eliane Exportadora	18,5	11,4
Agroeliane	-	5,9
Avícola Eliane	8,6	3,8
Sulfabril	16,8	18,8
Sulfabril Trading	14,5	14,0
Sulfabril	2,3	4,8
Ceramarte	12,5	15,4
Buettner	12,9	14,9
Cremer	11,3	13,9
Cecrisa	15,4	12,8
Incocesa	5,4	5,4
Cecrisa	8,8	5,0
Cerâmica Eldorado	1,2	2,4
Sulca	15,6	11,7
Döhler	10,3	10,9
Schlösser	12,5	10,7
Brastrade	55,6	10,0
TOTAL	1 471,9	1 328,8

FONTE: Banco do Brasil.

(1) O total das exportações das unidades produtivas localizadas em Santa Catarina foi de 299,6. (2) O total das exportações das unidades produtivas localizadas em Santa Catarina foi de 260,5. (3) Segundo a GEACE/STM-SC.

Tabela 7

Patrimônio líquido, faturamento e emprego dos grupos e das grandes empresas em complexos e gêneros industriais selecionados de Santa Catarina — 1989

COMPLEXOS E GÊNEROS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		FATURAMENTO		EMPREGO	
	Valor (US\$ milhões)	%	Valor (US\$ milhões)	%	Número	%
Agroindustrial ...	1 210	43,2	4 153	46,9	74 796	39,8
Têxtil-vestuário .	652	23,3	1 853	20,9	54 795	29,1
Metal-mecânica ...	443	15,8	1 482	16,7	30 007	16,0
Matérias plásticas	181	6,4	299	3,4	5 085	2,7
Extrativa mineral.	20	0,7	28	0,3	1 877	1,0
Minerais não-metálicos	178	6,4	626	7,1	16 325	8,7
Papel e papelão ..	87	3,1	164	1,9	2 200	1,2
Outros	32	1,1	250	2,8	2 788	1,5
TOTAL	2 803	100,0	8 855	100,0	187 873	100,0

FONTE: BALANÇO ANUAL 1990 (1990). São Paulo: Gazeta Mercantil, n.14, ago. MELHORES E MAIORES 1990 (1990). São Paulo: Abril. QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1990 (1990). São Paulo: Visão, v.40, n.44-A, ago.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro F. Cunha, coord. (1990). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE. 3v.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1991 (1991). Rio de Janeiro: IBGE, v.51.
- ARRUDA, Mauro (1990). Passaporte para o primeiro mundo. **Rumos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: ABDE, v.15, n.85, p.4-10, set./out.
- BALANÇO ANUAL 1982 (1982). São Paulo: Gazeta Mercantil, n.6, set.
- BALANÇO ANUAL 1990 (1990). São Paulo: Gazeta Mercantil, n.14, ago.
- BRDE. SUDESUL (1987). **Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul: população, produto e emprego**. Porto Alegre. v.1.
- DOELLINGER, Carlos von, CAVALCANTI, Leonard (1975). **Empresas multinacionais na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. (Relatório de Pesquisa, 29)
- FERRAZ, João Carlos (s.d.). **Modernização com exclusão: especulação sobre a política industrial do governo Collor**. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Economia e de Administração/IEI. (mimeo)

- FERRAZ, João Carlos et al. (s.d.). **Trajetórias de crescimento para a indústria brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Economia e de Administração/IEI. (mimeo)
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional; produção física (1990). Rio de Janeiro: IBGE, fev.
- MARCANTONIO, Roberto (1990). Sem rumos para o crescimento: política econômica e desempenho industrial nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro F. Cunha, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE. v.2, p.311-381.
- MELHORES E MAIORES 1990 (1990). São Paulo: Abril.
- MELHORES E MAIORES 1991 (1991). São Paulo: Abril.
- MINIAN, Isaac (s.d.). **Câmbio estruturales y producción de ventajas comparativas**. Centro de Investigación y Docencia Economicas. (Libros del Cide)
- PORTER, Michael E. (1986). **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campos.
- QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1972 (1972). São Paulo: Visão, v.41, n.4, ago.
- QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1982 (1982). São Paulo: Visão, v.31, n.35-A, ago.
- QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA 1990 (1990). São Paulo: Visão, v.40, n.44-A, ago.
- SANTA CATARINA. Secretaria da Indústria e do Comércio (1982). **Posição: grandeza da empresa catarinense**. Florianópolis.
- SUMA ECONÔMICA (1991). São Paulo: Tama, fev.
- VALDERAMA, Hector Souza (1966). **Planificación del desarrollo industrial**. México: Siglo XXI.